

# AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

## CARGO 3: AGENTE DE INTELIGÊNCIA

### PROVA DISCURSIVA

Aplicação: 11/3/2018

## PADRÃO DE RESPOSTA

O Brasil faz fronteira com dez dos doze países sul-americanos, ou seja, possui uma extensão considerável de terras em contato com outras nações. No entanto, esses limites não constituem obstáculo às relações que se estabelecem em diversos pontos da fronteira, onde as populações que transitam de um lado para o outro. Em alguns pontos da faixa de fronteira, definida pela Constituição Federal existe as denominadas cidades gêmeas, ou seja, duas áreas urbanas, uma brasileira e outra estrangeira, que se relacionam de forma intensa, na complementação de suas funções.

Adicionalmente, as relações do Brasil com essas nações vizinhas também se mostram diferenciadas; por exemplo: com o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, o Brasil forma um bloco econômico que criou facilidades de trânsito; já com outros, a exemplo da Guiana, as barreiras são mais rigorosas, pois se trata de países que integram outros blocos econômicos e possuem legislações mais restritivas. Nesses casos, a cooperação não pode se limitar ao poder local, embora nele se reconheça um importante ator, pois envolve uma série de questões mais delicadas e um rigor maior na legislação constitucional pátria, o que requer a atuação do governo central e seus órgãos.

A isso vem se somar o fato de que algumas dessas fronteiras se tornaram pontos de entrada de drogas e migrantes, bem como de locais de prática de crimes ambientais, notadamente na Amazônia, que possui extensas áreas de fronteira dominadas pela floresta e por uma geografia que dificulta a atuação eficiente do poder público na coibição de delitos.

Nesses aspectos, os serviços de inteligência desempenham importante papel ao subsidiarem os governantes, seja na antecipação de cenários que afetem as áreas de fronteira e possam se interiorizar pelo país, como as correntes migratórias de haitianos e recentemente de venezuelanos, seja no fornecimento de informações para a tomada de decisões relacionadas à adoção de medidas e à formulação de políticas públicas reativas — nas crises —, ou proativas — de caráter marcadamente estratégico.